

CÓF.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

**Gabinete do Prefeito**

**Adm. 2013/2016**

**LEI Nº 1247 DE 08 DE ABRIL DE 2015.**

*"Institui no Município de Monte Carmelo o  
PROGRAMA EM DIA COM MONTE  
CARMELO"*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais,  
**APROVA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído no Município de Monte Carmelo, o "**PROGRAMA EM DIA COM MONTE CARMELO**" com o objetivo de conceder incentivos para pagamento de débitos em atraso inscritos ou não na dívida ativa.

**Parágrafo único.** Os créditos com direito a incentivos serão aqueles cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2014.

**Art. 2º** O contribuinte terá direito a incentivos observando as especificações abaixo:

**I – débitos em dívida corrente será admitido o pagamento à vista:**

a) redução de 100% (cem por cento) de juros, multas moratórias e correção monetária.

b) redução de 100% (cem por cento) do valor da multa de ação fiscal aplicada nas Notificações de Lançamento do ISSQN.

**II – débitos inscritos em dívida ativa até 01/01/2015:**

**a) Pagamento à vista:**

a.1) redução de 100% (cem por cento) de juros, multas moratórias e correção monetária.

a.2) redução de 100% (cem por cento) do valor da multa de ação fiscal aplicada nas Notificações de Lançamento do ISSQN.

**b) Pagamento parcelado em até 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**Gabinete do Prefeito**  
**Adm. 2013/2016**

b.1) redução de 90% (noventa por cento) de juros, multas moratórias e correção monetária.

b.2) Redução de 90% (noventa por cento) do valor da multa de ação fiscal aplicada nas Notificações de Lançamento do ISSQN.

§ 1º Os contribuintes poderão aderir ao programa de incentivos até o dia 29 de junho de 2015.

§ 2º O vencimento das guias à vista não poderão ultrapassar o dia 30 de julho de 2015 e o vencimento das parcelas dos contratos de parcelamentos não poderão ultrapassar o dia 30 de dezembro de 2015.

§3º Fica vedada a prorrogação do prazo previsto nos parágrafos acima.

§4º Em relação às autuações fiscais, será admitida quitação somente pela autuação, para os contratos de parcelamento, somente será admitida a quitação por saldo de parcelamento, e para os débitos ajuizados, somente a quitação pelo total do processo.

§5º As parcelas relativas aos contratos de parcelamento decorrentes desta lei não poderão ser inferiores a 5 (cinco) UFMs.

**Art. 3º** Poderão gozar dos incentivos desta lei os valores decorrentes de contratos de parcelamentos, desde que o saldo do parcelamento seja quitado à vista e cujos fatos geradores se enquadrem no parágrafo único, do Art. 1º.

**Art. 4º** A falta de pagamento no prazo especificado nesta lei acarretará a perda imediata dos benefícios previstos em relação ao saldo devedor, com o restauro das deduções eventualmente concedidas.

**Art. 5º** Os contribuintes que estiverem em cobrança judicial somente poderão enquadrar-se na alínea a, inciso II do Art. 2º, devendo efetuar o pagamento à vista.

§1º Os contribuintes que possuírem créditos em cobrança ou discussão judicial somente poderão aderir ao programa com a desistência da ação judicial e pagamento das custas processuais cobrados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

**Art. 6º** A adesão aos incentivos nos termos dos artigos anteriores importará em expressa renúncia a qualquer defesa ou recursos, administrativos ou judiciais do débito pago.

**Art. 7º** É vedada qualquer revisão ou restituição aos valores já quitados.

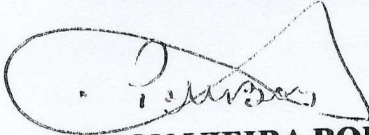


**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**Gabinete do Prefeito**  
**Adm. 2013/2016**

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 08 de abril de 2015.

  
**FAUSTO REIS NOGUEIRA**  
*Prefeito Municipal*

  
**VILSON VIEIRA BORGES**  
*Secretário Municipal de Governo*